

14º Encontro Coral da ASA

5 DE JULHO, DOMINGO, ÀS 17H

CORAL DA ASA

Regência: Claudia Alvarenga

TIJUCANTO

Regência: Alice Ramos Sena

CORAL MELODIA

(Funcionários da Fundação Bradesco RJ)

Regência: Andre Cabral

CORAL OFICINA UNIRIO

Regência: Julio Moretzsohn

12 DE JULHO, DOMINGO, ÀS 17H

CORAL DA ASA

Regência: Claudia Alvarenga

CORAL IYUN ASE ORIN

Regência: Eduardo Feijó

CORO DE CÂMARA DO CEIM-UFF

Regência: Luiz Carlos Peçanha

ÀS TERÇAS

Regência: Mauro Perelmann

ENTRADA FRANCA

Estacionamento (pago) no local | Estação Botafogo do metrô, saída S.Clemente, direção Humaitá

Irã: Que país é esse?

MÁRCIO SCALERCIO

Páginas 3 e 4

E MAIS...

2 EDITORIAL
Um novo começo?

5 TRADIÇÃO/SECULARISMO
Segredo e sagrado
RACHEL SZTAJNBERG

6 JUDEUS NO ISLÃ
Irã e outros, ontem e hoje
MICHEL GORDON

8 BECO DA MÃE
Concertos
no Cine Rex
**HENRIQUE
VELTMAN**

9 ISRAEL
A natureza do Estado
GERSHON BASKIN,
The Jerusalem Post



10 ARGENTINA
Momentos duros
HELIETE VAITSMAN

.COM
Eu conheço uma
história...
FANY SECHTER RUAH

NOTAS

EDITORIAL

Um novo começo?

Dois discursos agitaram a sempre movediça cena política do Oriente Médio. No primeiro, o presidente norte-americano, Barack Obama, falando na Universidade do Cairo, reiterou que a aliança entre EUA e Israel é “inquebrantável” e condenou todas as formas de antisemitismo. Em seguida, numa guinada importante com relação a seu antecessor, mencionou as humilhações vividas pelos palestinos nas terras ocupadas por Israel, considerou ilegítima a política de expansão dos assentamentos israelenses e defendeu a criação de um Estado palestino independente. Quebrando um dogma, dirigiu-se ao Hamas como parte da nação palestina e o proclamou a reconhecer o Estado de Israel.

Dias depois deste pronunciamento, que muitos analistas consideraram histórico, o primeiro-ministro israelense, Biniamin Netanyahu, mandou seu recado na Universidade Bar-Ilan. Mesmo levantando severas restrições e usando uma linguagem negacionista (não falou do “povo palestino”, mas da “população palestina”), admitiu, pela primeira vez, a hipótese de criação de um Estado palestino. Verdade que seria uma entidade emasculada, sem, por exemplo, controle das fronteiras por terra, mar e ar. No entanto, como disse o jornalista Gideon Levy, “outro pequeno tijolo foi removido das barricadas da ocupação: um líder da direita apoia a reivindicação nacional palestina”.

Claro que há muitas pedras no caminho. Em que medida Obama estará disposto a sair da retórica e exercer, concretamente, pressão para que Israel se alinhe com a nova diplomacia norte-americana? Enfrentará os lóbis internos contrários a essas mudanças? Netanyahu, cujo gabinete tem forte influência de grupos ligados aos colonos, mudou realmente ou fez apenas um discurso acomodador? Se mudou, terá força política para negociar com Obama sem gerar uma crise interna? A opinião pública de Israel não tem dúvida: de acordo com pesquisa do Institute for National Security Studies, 64% dos judeus israelenses são a favor da solução “dois povos, dois Estados”. ■

Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação

Rua São Clemente, 155 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.260-001
Tel:(21)2535-1808 Telefax:(21)2539-7740
Home page: www.asa.org.br e-mail: asa@asa.org.br

Presidente Mauro Band

Vice-presidentes Horácio Itkis Schechter e Gitel Bucaresky

Secretárias Tania Mittelman e Rosa Goldfarb

Tesoureiros Moisés Ghersgorn e Fany Haus Martins

Diretor de Comunicação/Divulgação Jacques Gruman

Diretora Cultural Clara Goldfarb

Diretor de Memória Marcos David Somberg



ASA JUDAÍSMO E PROGRESSISMO é o órgão informativo e de divulgação cultural bimestral da Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação.

**Home page: www.asa.org.br
e-mail: asa@asa.org.br**

Editora e Jornalista Responsável

Sara Markus Gruman - (Reg. Prof. nº 12.713)

Colaboradores do Boletim: David Somberg, Esther Kuperman, Fany Sechter Ruah, Heliete Vaitsman, Henrique Veltman, Jacques Gruman, Renato Mayer e Tania Mittelman

Programação Visual: Hama Editora

Impressão: Milograph

Tiragem: 2.200 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente os pontos de vista da Diretoria da ASA. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desde que citada a fonte.

NA ASA

Coreógrafo Rafael Barreto de Castro

Regente Claudia Alvarenga



Estes dançam



Estes cantam

E você? Vai ficar só apreciando?

CORAL DA ASA - Ensaios toda quarta, às 20h

DANÇA ISRAELI - Toda terça, às 18h30

AULAS DE ÍDISH - Toda segunda, das 19 às 20 horas,
com Moisés Garfinkel

CÍRCULO DE LEITURA EM PORTUGUÊS -
Quinzenalmente, terças, às 15h30

Estacionamento no local (pago) Saída S. Clemente da Estação Botafogo (sentido Humaitá)

Falando dos tapeceiros

Márcio Scalercio / Especial para ASA

O historiador inglês Ian Kershaw disse uma vez que “o passado é uma terra estrangeira”. Nem preciso dizer que esta sentença foi imediatamente incluída na lista de frases que eu próprio adoraria ter cunhado. Em casos como esse, resta-me remoer a inveja, iludir-me imaginando que poderia ter pensado nisso antes e, finalmente, de modo vingativo e despidoroso, apropriar-me da observação para meus próprios fins. Kershaw queria dizer que, muito embora possamos visitar o passado, jamais poderemos viver como no passado. Por meio de livros, estudos de documentação, exame de objetos e coleta de testemunhos dos mais velhos, podemos ter uma idéia razoável do passado. Contudo, a mentalidade que campeava no passado é tão diferente da nossa que tudo o que podemos fazer é tentar agir como “turistas aplicados”.

A sentença elaborada por Kershaw me vem à mente toda vez que leio sobre o dito “fundamentalismo islâmico” em geral e sobre o Irã pós-revolução de 1979 em particular. Aliás, o sociólogo Peter L. Berger observou, em artigo publicado em 1999, como o termo fundamentalismo é pouco apropriado para designar o processo. De acordo com Berger, o conceito foi emprestado do fenômeno religioso evangélico norte-americano, os sucessivos *Great Awakenings*, que ocorrem de tempos em tempos nos Estados Unidos, desde meados de 1725. A transferência de conceitos calcados em experiências histórico-culturais específicas e a conversão destes em chaves para o entendimento de situações muito diferentes daquelas nas quais eles se originaram sempre produziram problemas de interpretação graves. Mais do que ajudar, o uso indevido de conceitos fora de lugar acaba toldando o entendimento. Sem querer levar muito adiante o caso, basta dizer que, de acordo com a leitura vulgar sobre



Sara Markus Gruman

Manifestação contra a visita do presidente do Irã, Mahmud Ahmadinejad, ao Brasil, posteriormente cancelada. Praia de Ipanema, Rio de Janeiro, 3 de maio de 2009

o “fundamentalismo”, renascer em Cristo e promover a *jihad* seriam ações pertinentes a campos muito próximos.

O fenômeno do rigorismo religioso iraniano tem relação com os elementos

Desde fins do século 19, a relação entre o Irã e o Ocidente tem sido traumática.

específicos da tradição islâmica de viés xiita, é claro, mas jamais podemos deixar de lado que os eventos foram alimentados pelos caminhos e as agruras da modernização da sociedade daquele país. Parte considerável da história do Irã moderno é uma tragédia, e os iranianos, mesmo os religiosos, não estão a tentar viver como no passado. Como Kershaw observou, isso não é possível. O marco do islamismo iraniano não reside estagnado nos cenários das épocas da revelação divina endereçada ao Profeta, ou na paixão encenada pelo martírio do imã Hussein, o principal ícone da versão xiita do islã, liquidado junto com seus seguidores na emboscada de

Karbala. A religião é um marco cultural inquestionavelmente importante do Irã do presente. Os rituais celebrados e os modos de sentir a fé sofrem permanentes contaminações provenientes do acúmulo de experiências novas, satisfatórias ou dolorosas, percebidas pela comunidade iraniana ao longo das eras. É uma rematada tolice imaginar que a questão religiosa nada mais é do que um arcaísmo manipulado por meia dúzia de lunáticos que insistem em viver no mundo de antontem. Em qualquer cenário provável do futuro do Irã e nas modulações dos vínculos do Irã com a comunidade internacional, a religião estará inevitavelmente presente.

Desde fins do século 19, a relação entre o Irã e o Ocidente tem sido traumática. O país foi degradado à condição de peão do Grande Jogo – uma disputa em que a Grã-Bretanha procurava conter a expansão russa na Ásia Central e na região dos estreitos do Mar Negro. O Irã se tornou um Estado tampão, com agentes russos e britânicos aprontando muita intriga e confusão na política interna do país. Mas, no final das contas, a Grã-Bretanha levou vantagem. Em 1908, criou a Anglo-Iranian Oil Company, e, em 1909, deu início à construção da grande refinaria de Abadan. Providenciou que, por uma bagatela, mares de petróleo e nuvens de gás fluíssem para alimentar a demanda britânica. Tais iniciativas contaram com o apoio governamental iraniano, pois, em 1925, os ingleses deram suporte à ascensão do coronel Reza Khan ao trono do pavão como o novo xá do país. Assim sendo, montou-se no Irã um cenário do tipo “veias abertas” descrito por Eduardo Galeano para a América Latina. O Ocidente ficava com todos os ganhos auferidos com o petróleo e o gás. Aos iranianos coube apascentar camelos e tecer tapetes.

A Segunda Guerra Mundial foi seguida pela descolonização e pelas lutas de libertação nacional. Os países muçulmanos assumiram a ponta desse processo. Hoje sabemos que a mera formação de países independentes não soluciona todos os males. Mas, na época, imaginava-se com alguma razão que, suprimindo a exploração imperial, os novos países teriam recursos de sobra para abrir seus próprios caminhos. No Irã não foi diferente. Entre 1951 e 1953, chegou ao poder um novo primeiro-ministro, o médico Mossadegh. Este, contando com o apoio da classe média e de setores de esquerda da sociedade – inclusive o partido comunista Tudeh –, deslançou uma campanha pela nacionalização do petróleo e da refinaria de Abadan. Esse era o clima da época. Aos reclamos dos proprietários quanto à necessidade de um acordo justo ou um debate sobre indenização, os nacionalistas respondiam que tudo já havia sido pago, graças aos mares de petróleo e às nuvens de gás extraídos do Irã desde 1909. Na Grã-Bretanha, de volta ao posto na liderança do governo, Winston Churchill disparava nervosas baforadas de seu charuto. Considerava inadmissível que “nativos” se atrevessem a expropriar propriedade britânica. Muito embora o poderio inglês já não fosse lá essas coisas, moveu céus e terras possíveis para gorar as intenções de Mossadegh. A Marinha Real foi mobilizada para ocupar posições no Golfo Pérsico. A imprensa foi arregimentada para exibir a tese de que o ministro iraniano iria despejar o país no abraço do urso soviético.

Churchill, pintado para a guerra, atraiu o interesse dos americanos.

É trágico que as relações entre Estados Unidos e Irã no pós-guerra tenham sido inauguradas dessa maneira. O presidente Eisenhower, inclinado a acreditar nas acusações contra Mossadegh, permitiu que a recém-criada CIA armasse seu circo no Irã para elaborar um golpe. O Irã foi o primeiro país no mundo a ser mimoseado por um golpe de Estado conduzido pela CIA. Uma vez derrubado, Mossadegh foi

O Irã foi o primeiro país mimoseado por um golpe de Estado conduzido pela CIA.

substituído pelo xá Mohamed Reza – filho de Reza Khan –, investido em poder absoluto. O xá, escudado por militares e por uma polícia secreta das mais violentas do mundo, a SAVAK, colocou em prática um processo de ocidentalização acelerada do país denominado Revolução Branca. No final das contas, tratava-se de modificações eminentemente cosméticas, pois, como de hábito, a massa do povo iraniano era mantida apartada dos benefícios oriundos das principais riquezas do país. Parece frase de escritor panfletário, mas não é. Enquanto o xá e os seus levavam uma vida de luxo e prodigalidades, pavoneando-se na imprensa ocidental como governantes esclarecidos e progressistas, a SAVAK encarcerava a oposição, e a população urbana iraniana, que

não parava de crescer, deparava-se com a pobreza e a falta de oportunidades.

Os temas da religião que se manifestaram na Revolução Islâmica de 1979 estão envolvidos com todas essas peripécias do passado relativamente recente do Irã. É inegável – e, aqui, devo declarar que de modo algum simpatizo com os excessos da Revolução – que o povo do Irã tem motivos de queixas contra o Ocidente e que a liderança carismática do aiatolá Khomeini soube habilmente catalisar e se fazer de fio condutor principal das mesmas. De nada adianta ficarmos a criticar o sistema político iraniano sem que tenhamos consciência de como o mundo externo contribuiu para que o arranjo das coisas evoluísse de tal maneira.

Hoje o Irã é acusado de desenvolver um programa nuclear com o intuito fundamental de ameaçar seus vizinhos. Parece que passa pela cabeça de muito poucos que o Irã pode também sentir-se ameaçado, e que o passado lhe apresenta bons motivos para tanto. Mas, para que recorrer ao passado, essa terra estrangeira? Basta que nos contentemos com o presente. Por meio de uma mera espionagem no mapa, perceberemos que os Estados Unidos, hoje, tornaram-se vizinhos do Irã, em ambos os lados da fronteira. Um formidável sanduíche geopolítico onde o Irã desempenha o papel de recheio. ■

Márcio Scalercio, historiador, é professor titular da Universidade Candido Mendes e professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ.

MARTINS ASSOCIADOS -Advocacia Trabalhista e Societária

Rua Senador Dantas, 20 Gr. 1509 - Centro - Telefone: 2240-9808

Rosana Yentas - Psicoterapia / Orientação Profissional

Consultórios: Botafogo e Tijuca - Cel.: 9956-5466

Alberto Band - Advogado

Rua Álvaro Alvim, 48 / 405 - Centro - Telefone: 2220-2784

Anna e Heloisa Araujo Eventos
Cerimonial e Logística - Bufê próprio

Telefones: 2553-7013/2552-6929/8829-6929 - E-mail: heloisa.ams@oi.com.br

Dr. Sérgio Fiser - Cirurgia plástica, estética, Botox,
preenchimento de rugas, câncer de pele

Rua Siqueira Campos, 43 / 608 - Copacabana - Telefone: 2257-0359

Mauro Acelrad - Psiquiatria Clínica

Rua Joana Angélica, 217 – Ipanema
Telefones: 2522-1794/ 2523-3852 - E-mail: acsel@globo.com

Helena Kaplan - Psicoterapia e Psiquiatria

Consultório: Rua Barata Ribeiro, 383 / 405 - Copacabana - Telefone: 2255-7491

José Paulo Nebel - Psicólogo/ Psicanalista

Rua Benjamin Batista, 197/ 302 - Jardim Botânico - Telefone: 2286-5075

Segredo e sagrado

Rachel Sztajnberg / Especial para ASA

Pode-se tomar como certo que a maior parte das culturas, pelo menos a partir de um dado momento do qual se tem registro, organizou-se reservando ao Homem o privilégio do sagrado, sua regulação, assim como sua transmissão. À Mulher cabia o cumprimento dos rituais, no âmbito doméstico, supondo-se sua subserviência aos dogmas formulados pelos homens. Eles falavam e elas, caladas, as mulheres de Atenas, ou de qualquer outro lugar do mundo, obedeciam. Seus desejos oprimidos, suas dores sufocadas eram compartilhadas entre si, no espaço íntimo, não suscitando um interesse “maior” da comunidade. Representavam tão somente a expressão da fragilidade de sua natureza, anatômica e mais delicada.

No entanto, apesar de não ser a porta-voz da Verdade última, um segredo, um poder essa figura feminina contém no seu próprio corpo: a potencialidade milagrosa de perpetuar a vida, de se dobrar, como Adélia Prado (porque a poesia é feminina, independentemente do sexo de quem a enuncia) sabiamente preconiza. A fêmea porta um sagrado, e talvez por isso mesmo tenha sido necessário interdita-la, frear o perigo e a ameaça que ela representa. Sim, porque ao ser a transmissora da vida, ela anuncia, inevitavelmente, o destino mortífero embutido em todo sujeito. O mágico e o seu deslumbramento coincidem, paradoxalmente, com o horror e o feitiço que a fêmea suscita por seus atributos. Assim, na qualidade de objeto de desejo e dotada desse poder fantástico, a Mulher gera fantasias ao mesmo tempo eróticas e aterrorizadoras e a consequente necessidade de ser mantida à distância. Mesmo se enaltecida como uma deusa em sua versão sublimada, ela não fica livre de, no outro polo de sua representação, ser identificada com o pecado e a transgressão. Sob deter-

minadas condições, ela é fatalmente nomeada como impura, seus fluidos orgânicos fazem dela uma intocável, a suja que deve ser evitada.

Sensível a essa predestinação feminina, que, felizmente, com as transformações contemporâneas, sofreu mudanças consideráveis, um cineasta israelense aborda este tema com muita contundência, escancarando todos os dilemas nele envolvidos. Avi Nesher, no seu premiado filme *Segredos Íntimos*, não se inibiu diante da complexidade e das sutilezas implicadas nos avatares da condição feminina na comunidade humana. Cada uma das intérpretes personifica

Transgredir os preceitos vigentes tem um custo.

uma faceta da trajetória existencial das mulheres. Numa delas, o sofrimento mudo e aquiescente, não podendo ser endereçado e acolhido, escoia perigosamente pelo corpo, podendo levar à morte. Em outra, o pesado custo de ter sustentado seu desejo desafiando as convenções é ter de suportar o desprezo e a exclusão social como castigo. Mas a saída libertadora fica também indicada na teimosa determinação através da qual as mulheres se impõem e ganham acesso à palavra que liberta as aspirações recalcadas e promove um novo lugar feminino a ser ocupado.

Não foi barato, todavia, o preço que as mulheres tiveram que pagar pela afirmação de sua identidade, e isso também o cineasta ilustra magnificamente. Através da saga das diferentes protagonistas, denuncia a audácia das pioneiras de contestar o destino que lhes foi reservado. Utilizando-se do próprio corpo e alma como escudos,

desafiaram as estruturas convencionais, em nome da fidelidade aos seus desejos e escolhas singulares, mesmo que essa rebeldia as expusesse ao feroz ataque dos representantes das alas fundamentalistas dos códigos sociais e religiosos de suas culturas.

Transgredir os preceitos vigentes tem um custo, e, mesmo quando pautadas por uma convicção, as atitudes carregam em seu bojo o desconforto de se ter cometido um delito. Um premente apelo interno clama pelo perdão que necessita ser alcançado para que o sujeito se reconcilie consigo mesmo. A esperança depositada no perdão é a de um autorresgate ético, muito mais do que uma redenção moral. Mas, como bem se sabe, o ato de contrição requer testemunhos, o sujeito não se absolve sozinho. É a presença do outro na sua confissão que valida o seu gesto. Na obra em questão, num cenário carregado de fascinante intensidade estética, as mulheres, num arroubo inédito, reinventam as leis, até então monopólio dos homens, e tomam em suas mãos a tarefa de invocar o divino. Encenam uma cerimônia de expiação e purificação em que elas se autorizam como sacerdotisas para oficializar o ritual, findo o qual a “pecadora” atormentada pode, enfim, morrer pacificada. Depreende-se que as outras moças, através desse ato solene, igualmente sacralizaram sua própria liberdade de ser e, uma vez destituídas de sua função circunstancial de delegadas do sagrado, seguem seus diferentes destinos de acordo com suas tendências particulares. O que antes era pautado num único modelo imposto torna-se múltiplo, garantindo a cada sujeito, independentemente do gênero, tomar para si a responsabilidade pessoal sobre sua direção existencial. ■

Rachel Sztajnberg é psicanalista.

Irã e outros, ontem e hoje

Michel Gordon / Especial para ASA

O Irã não chega a ser exatamente uma democracia, apesar de seus cidadãos votarem para presidente (uma espécie de “rainha da Inglaterra”). Para uma democracia se estabelecer de fato, é necessário que haja liberdade de imprensa, liberdade de manifestações e não apenas “eleições”. Explico os parênteses: antes da eleição, um colegiado de clérigos decide quem poderá ser ou não candidato. Dos 700 pré-candidatos, apenas quatro se tornaram viáveis para concorrer ao pleito de 2009. A Primavera de Teerã – como está sendo chamado o movimento nas ruas em que milhares de pessoas com faixas verdes perguntam “Onde está o meu voto?” – mostra como a sociedade iraniana se encontra dividida com relação à política conduzida por Ahmadinejad. Há fortes indícios de fraude, como a vitória de Ahmadinejad no colégio eleitoral do opositor Mir-Hussein Mousavi e a contagem relâmpago de 40 milhões de votos.

Estive no Irã em 2001 e em 2006, na primeira vez, sob o regime de Khatami, na segunda, sob o regime de Ahmadinejad. Embora a frota de carros estivesse de fato mais nova, as liberdades individuais pareciam ter retrocedido. Ao menos em teoria, os jovens iranianos de 2001 imaginavam que em breve teriam acesso livre à internet e que a “polícia moral” baixaria a vigilância. Já em 2006, algumas jovens iranianas com quem conversei mostravam-se assustadas com a notícia de que teriam de vestir um uniforme padrão, que as cobriria da cabeça ao calcanhar!

Na minha primeira visita, conheci a comunidade judaica do país, surpreendentemente grande e ativa. Visitei as sinagogas de Abrishami e Youssefabad, na capital, Teerã, e tive o privilégio de participar de um Shabat na primeira delas, com cerca de 200 integrantes da comunidade. Saindo da cerimônia, recebi o convite do rabino para jantar em sua casa. Visitei também a Manucheri, rua do comércio judaico.



Sinagoga Ibn Danan, em Fez (Marrocos)

A leveza e o frescor da comunidade me deixaram com a sensação de que os judeus viviam muito bem no país refundado por Khomeini por meio da revolução iraniana de 1979. A bem da verdade, os judeus possuem regalias vedadas aos muçulmanos. Os jovens, por exemplo, podem se encontrar em clubes, enquanto que aos muçulmanos é proibido dois jovens de sexo oposto se tocarem se não forem casados (pior ainda se forem dois jovens de mesmo sexo, já que o homossexualismo é visto como um crime no país).

Mas bastou me afastar alguns metros da sinagoga para perceber algumas sutilezas, como a estátua em homenagem à Intifada, na Praça Felestin, em frente ao templo. A mesma rua da sinagoga abriga ainda a Embaixada da Palestina, justamente na casa onde havia sido a Embaixada de Israel, nos tempos do xá Reza Pahlevi. Também notei que não era tão fresca e tão leve assim a vida dos judeus, diante de sua preocupação com a minha segurança e a deles. A vigilância correria a noite toda ou, pelo menos, até o apagar das velas do Shabat. Diziam que era muito perigoso para os judeus no Shabat devido ao risco de serem atacados.

Corri o país visitando comunidades menores, como a de Kerman e a de Yazd. Por lá, os judeus são tão poucos que nem sempre se completa o *minian*. Já em Shiraz, 8 mil judeus vivem em paz e procuram não associar a religião ao Estado de Israel. Lá, em 1998, oito judeus foram presos sob acusação de espionagem para Israel. De volta à capital, onde vivem 12 mil judeus, visitei o Comitê Judaico e vi, com surpresa, um quadro de Khomeini na parede. Havia também diversas fotos do funeral do “imã Khomeini”, com a presença da comunidade judaica chorando por sua morte. Retórica? Não creio. Há muitas sutilezas na relação entre os judeus iranianos e Israel. Por um lado, as mães choram de saudades dia e noite por seus filhos e netos que migraram para lá; por outro lado, eles se declaram iranianos fiéis ao seu país.

O populismo do presidente iraniano é visto com euforia na região sul da capital, a mais pobre. Ao mesmo tempo, no norte, mais alto, no pé das montanhas, o presidente não goza do respeito necessário para se manter no cargo após as eleições de junho último.

Se hoje a situação dos judeus é comple-

xa no Irã, certamente viveram períodos muito mais tensos quando, no século 4, ainda antes de o islã desembarcar na Pérsia, o rei sassânida Yazdegird 2º os proibiu de celebrar o Shabat. Ou no século 8, sob a dinastia dos omíadas, quando, juntamente com os cristãos, foram obrigados a usar vestimentas distintas das dos muçulmanos.

No ano de 1091, o califa de Bagdá obrigou as mulheres judias a calçarem sapatos diferentes em cada um dos pés, um preto e outro vermelho. Judeus e cristãos não podiam ter paredes mais altas que as construções dos muçulmanos e não podiam montar cavalos. Durante o período sefardita, no século 15, foi criada a Lei da Apostasia, que dizia que qualquer judeu ou cristão que se convertesse ao islamismo poderia reclamar as propriedades de seus parentes.

Os judeus tiveram, entretanto, momentos dos mais marcantes na sua História, quando finalizaram o *Talmud da Babilônia*, nas academias de Sura e Pumbedita, no século 5. Ou, no século 14, quando viveu Shahin, o maior poeta judeu iraniano, no período da invasão mongol. Ou até mesmo retrocedendo aos aquemênidas, quando Artaxerxes se casou com Ester.

A história dos judeus no Califado Muçulmano foi escrita ora com tinta das penas de grandes pensadores como Maimônides e Avicena, ora com sangue, como quando eram forçados à conversão para o islã, assim como na Inquisição espanhola. Entretanto, era mais fácil para os judeus a conversão ao islã do que a conversão ao cristianismo, por um motivo óbvio. Enquanto neste, eles deveriam acreditar em Jesus como filho de Deus e o próprio Deus, naquele, bastava acreditar que Maomé era o último dos profetas de Deus, precedido por Jesus, Moisés e Abraão.

O encontro de duas culturas, a árabe



Interior da Sinagoga Maguen Avraham, em Beirute (Líbano)

e a judaica, transfigurou-se num dos mais belos capítulos da História do judaísmo e serviu de base para grandes descobertas científicas. Isso do século 7 até o século 10. Nos dias atuais, só há desencontros entre essas duas culturas baseadas no monoteísmo. Assim, visitar os países árabes que fazem fronteira com Israel tornou-se um grande desafio. Comecei em 2003, visitando Líbano e Síria. No primeiro, restam apenas ruínas do bairro de Wadi Abu Jamil. A sinagoga Maguen Avraham insiste em revelar alguma beleza que resta em seus azulejos quebrados, e os tratores tomam conta do bairro todo, derrubando os prédios que resistiram às rajadas de metralhadoras durante os mais de 20 anos de guerra civil. O cemitério localizado na Rua Damasco está sob os cuidados de uma família xiita. Em Damasco, o bairro judaico ainda existe nos mapas da cidade velha, mas são poucas as famílias de judeus que restaram após a abertura de 1992, feita por Hafez Assad, pai do atual presidente.

O Egito vive em paz com Israel desde os acordos de Camp David, mas os israelenses não são bem-vindos no Cairo. Ouvi o que não queria, mesmo não entendendo árabe (e mesmo não sendo israelense). Na cidade, as sinagogas Shaar Hashamaim e Ben Ezra não realizam serviços rotineiros para a pequena comunidade que ainda vive por lá. Em Alexandria, a sinagoga

Michel Gordon

Eliau Hanabi está fechada. Já na Tunísia e no Marrocos a situação é mais favorável, e existem comunidades ativas. Em Túnis são cerca de mil judeus, e Jerba, ilha ao sul do país, cuja sinagoga El Ghriba remonta aos primórdios do judaísmo portátil, também conta com mil judeus. No Marrocos, a comunidade se concentra em Casablanca, mas ainda há algumas dezenas de judeus vivendo em Fez, Marrakesh e Rabat.

A surpresa ficou por conta dos países da ex-União Soviética, como o Azerbaijão, com seus mais de 10 mil judeus. Muitos deles descendem dos judeus da Geórgia, país vizinho. Outros tantos são conhecidos como os Judeus das Montanhas, pois habitam os pés do Cáucaso. No Uzbequistão, vivem os descendentes dos Judeus de Bokhara. Acredita-se que sejam cerca de 30 mil os que lentamente retomam a tradição sefardi, proibida nos tempos de Stálin, Khrushchev e companhia.

A balança sempre foi bastante instável para os judeus persas. Viveram recentemente um período excepcional sob a dinastia Pahlevi. Durante a guerra contra o Iraque, alistaram-se e morreram para defender o regime de Khomeini. Agora vivem sob o olhar atento da polícia secreta e, ao mesmo tempo, gozam de certa liberdade de locomoção dentro do país. Procuram separar semitismo e sionismo, mas a existência de um presidente antissemita (que nega a existência do Holocausto) e antissionista (que prega a destruição de Israel) os coloca sob pressão.

É pouco provável que em uma década ainda reste algum judeu vivendo em países árabes. ■

Michel Gordon é físico e repórter fotográfico. Acaba de lançar o livro *Um judeu no islã* (Editora Maayanot).

Concertos no Cine Rex

Henrique Veltman / Especial para ASA

O leitorado deste Boletim, com certeza, lembra os Concertos para a Juventude, na sua fase maravilhosa, no cinema Rex, na Cinelândia. Foi lá, por exemplo, que em 1953 vi e ouvi a Eudóxia de Barros na primeira audição no Brasil do Concerto nº 1, de Villa-Lobos.

Eudóxia foi uma das vencedoras para solista da Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência de Eleazar de Carvalho. Ele a convidou a solar primeiramente no Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1953. Ela tinha 16 anos. Hoje, Eudóxia se exhibe mensalmente nos concertos dominicais de A Hebraica de São Paulo, com grande sucesso.

Naquela época, e mesmo em alguns anos anteriores, o Concerto era transmitido pela Rádio Ministério da Educação. E quem era a locutora-apresentadora? Fernanda Montenegro. Eleazar trazia para reger a orquestra grandes maestros que tinham fugido da Guerra, e que se juntavam aos músicos brasileiros.

Nesses espetáculos, nós, a garota-da que lotava o Cine Rex, recebíamos verdadeiras aulas de como assistir a um concerto. Além de aprender a cantar o Hino Nacional. Era muito engraçado, mas extremamente didático, levar os “bailes” de Eleazar de Carvalho, insistindo duas, três vezes, até que nós, o público, entoássemos o hino corretamente.

Em 1956, o Nahum Sirotsky foi dirigir o *Diário da Noite*, e eu fui ser o repórter mais jovem daquele jornal Associado. Um dia, o Werneck sem-barba (havia o outro Werneck, com-barba), secretário de Redação, me mandou entrevistar o Villa-Lobos. Não foi difícil marcar a entrevista, e, uma bela tarde, lá fui conhecer de perto o gênio da música brasileira. Era um apartamento ali na Araújo Porto Alegre, num prédio ao lado do Bar Vermelhinho, em frente à sede da ABI.

Mestre Villa, trajando um robe verde com bolinhas brancas, recebeu-me



O maestro Heitor Villa-Lobos

friamente e foi logo me perguntando o que eu sabia dele. Gaguejando, falei nas Bachianas e travei. Você não sabe nada de música, exclamou. Depois, puxou-me pro lado do piano e foi me explicando, com muitos detalhes, o que era a música, desde o homem da caverna até o seu clímax, isto é, ele, Villa-Lobos.

Essa aula durou a tarde inteira e entrou pelas primeiras horas da noite. Umas duas vezes foi interrompida pela proverbial intervenção de dona Arminda, que nos serviu rápidos lanches.

Aí pelas 22 horas, Villa-Lobos encerrou a aula, ligou o rádio na Nacional e prestou muita atenção ao seriado *O Sombra*, na voz do Saint-Clair Lopes: “Quem sabe o mal que se esconde nos corações humanos? O Sombra sabe, he, he, he...”

Sai do apartamento noite fechada e, no dia seguinte, quem disse que eu conseguia escrever a reportagem? O Werneck com-barba teve pena dos meus problemas, passou-me uma nota de 20 cruzeiros e sugeriu: deixe tudo aí de lado, vá a Copacabana, olhe as garotas, tome um sorvete. Depois você volta à Redação e, aí, com certeza, o texto sai.

Fiz exatamente o que ele me aconselhou. E mais tarde, já na redação do jornal, a reportagem fluiu sem problemas. Começava assim: “Quem sabe o mal que se esconde nos corações humanos? O Sombra e Heitor Villa-Lobos sabem...”

No dia seguinte à publicação da entrevista, souo o telefone na Redação e alguém gritou: “Henrique, telefone, acho que é o Villa-Lobos!” Tremi. Atendi ao chamado, Villa simplesmente me intimou a comparecer à ABI “para uma partida de bilhar”. O porteiro da ABI queria me impedir de acessar a sala de jogos, afinal eu ainda tinha cara de garoto, imberbe. Mas Villa interveio, o funcionário recuou e eu joguei algumas partidas com o maestro. Tudo no maior silêncio possível. No final, ele limpou as mãos cheias de giz, deu um sorriso e me garantiu: “A reportagem estava ótima, guri!” ■

Henrique Veltman, carioca, 73 anos, casado, jornalista, sociólogo e torcedor do América, é colaborador do Boletim ASA.

**ber
vel**

Bervel
empresendimentos

Administração de condomínios
Locação de imóveis
Assessoria imobiliária

Centro: 2212-6100
Fax: 2212-6101
Barra: 3321-5871 / 3325-4241
Fax: 3325-1555

www.bervel.com.br • bervel@bervel.com.br

O caráter do Estado

Gershon Baskin, *The Jerusalem Post*

O primeiro-ministro Netanyahu está condicionando aceitar a criação de um Estado palestino à disposição dos palestinos de reconhecer Israel como um “Estado judeu”. Tsipi Livni fez a mesma exigência antes da cúpula de Anápolis. As partes, na ocasião, não chegaram a uma fórmula aceitável para definir o Estado de Israel. Por sua vez, o então presidente Bush afirmou: “Este acordo (de paz) estabelecerá a Palestina como a pátria palestina, assim como Israel é a pátria do povo judeu.” O presidente palestino, Abas, declarou que não é tarefa do povo palestino definir o caráter do Estado de Israel: “Não cabe a mim descrever o Estado. Chamem-no República Socialista Hebraica, não é da minha conta.”

Iasser Arafat, em carta a Itzhak Rabin na época da assinatura dos Acordos de Oslo, escreveu: “A OLP reconhece o direito do Estado de Israel de existir em paz e segurança.” Uma vez mais, o caráter do Estado não foi definido.

A maior parte dos críticos israelenses do processo de paz com os palestinos afirma que estes nunca reconheceram realmente o direito de Israel de existir porque se recusam a aceitar Israel como um Estado judeu. É interessante que tal exigência não foi feita ao Egito nem à Jordânia quando assinaram os tratados de paz com Israel. O acordo com a Jordânia declara (Artigo 2 – Reconhecimento) que “reconhecem e respeitam mutuamente a soberania, a integridade territorial e a independência política...”. O tratado de paz com o Egito sustenta que “reconhecem e respeitarão mutuamente a soberania, a integridade territorial e a independência política”. Em lugar nenhum há qualquer menção a um “Estado judeu”.

Existem duas razões sólidas para que os palestinos se recusem a reconhecer Israel como um Estado judeu. Eles

não receberam de Israel uma resposta clara no tocante ao status de mais de um milhão de palestinos que vivem no país, caso o reconheçam como um Estado judeu. Os palestinos temem estar pavimentando o caminho que seria usado por Israel para transferir os cidadãos palestinos de Israel para o Estado palestino. Esse medo se fundamenta na política declarada do ministro das Relações Exteriores, Avigdor Liberman, e em seus planos de mudar a fronteira entre os dois Estados onde houver grande concentração de cidadãos

Nas relações políticas entre Estados, o que conta é a definição e o caráter secular.

palestino-israelenses, como em Um El Fahm. A segunda razão é que, na visão deles, a discussão sobre os direitos dos refugiados palestinos será retirada a priori da mesa de negociações, antes mesmo que eles tenham a chance de apresentar as suas exigências.

A resolução das Nações Unidas que provê a legitimidade internacional para a criação tanto do Estado de Israel quanto do Estado palestino (Resolução 181) faz referência a um Estado judeu: “Estados independentes, árabe e judaico, passarão a existir na Palestina...” A Declaração de Independência palestina, de novembro de 1988, invoca essa mesma legitimidade internacional para a criação do Estado palestino: “... Resolução 181 (de 1947) da Assembleia Geral da ONU, que dividiu a Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu, provê a legitimidade internacional que garante o direito do povo árabe-palestino à soberania.”

A definição de Israel como um Esta-

do judeu é encontrada na Declaração de Independência de Israel: “... declara o estabelecimento de um Estado judeu em *Érets Israel*, a ser denominado Estado de Israel.” A Declaração não tem status oficial na Lei israelense. A referência ao Estado judeu na Lei israelense se encontra na “Lei Básica: A Knesset” e afirma que partidos políticos ou indivíduos que não reconheçam Israel como “um Estado judaico e democrático” não podem concorrer a eleições.

Na prática e na realidade, Israel se define como o Estado-nação do povo judeu. O caráter do Estado é uma definição secular-nacionalista, e não religiosa. Israel é o Estado do povo judeu, da mesma forma que a França é o Estado do povo francês e não como o Irã é uma república islâmica, mas como o Irã é o Estado-nação do povo iraniano. É verdade que a definição de judaísmo abrange tanto religião quanto nacionalidade, mas, nas relações políticas internacionais entre Estados, o que conta é a definição e o caráter secular.

Deveria haver em Israel uma Lei Básica definindo o caráter do Estado de Israel e que reconhecesse que, dos seus cidadãos, os 20% [árabes palestinos] que aqui nasceram apostam no país. Tenho certeza de que, se a Lei em Israel o definisse como “o Estado do povo judeu e de todos os seus cidadãos”, a liderança palestina seria capaz de reconhecer Israel como tal, e a maioria dos israelenses judeus também poderia viver bem com isso. A atual falta de definição leva os cidadãos palestinos de Israel a se sentirem alienados do Estado e permite a este encará-los como menos do que cidadãos plenos. ■

Gershon Baskin é diretor do IPCRI, sigla em inglês do Centro Israel-Palestina para Pesquisa e Informação.

Momentos duros

Heliete Vaitsman / Especial para ASA

Depois do atentado à AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina), que está completando 15 anos sem que os culpados tenham sido punidos, o presidente Carlos Menem manifestou seu pesar aos israelenses – que responderam, não sem ironia, que eles é que lhe deviam condolências, afinal os 85 mortos e 300 feridos eram em sua maioria argentinos... Naquela manhã do inverno portenho, 18 de julho de 1994, 300 quilos de explosivos derrubaram os oito andares do prédio, no centro de Buenos Aires, onde funcionavam várias instituições culturais e sociais, inclusive a entidade-mãe, Delegação de Associações Israelitas Argentinas (DAIA), além de uma das maiores bibliotecas em hebraico da América Latina e uma das maiores do mundo com obras em ídich (parcialmente recuperadas dos escombros, nas semanas seguintes, por voluntários).

O atentado – o mais letal contra uma comunidade judaica desde a Segunda Guerra – ocorreu dois anos depois que outro, também impune, deixara 22 mortos e centenas de feridos na Embaixada de Israel em Buenos Aires. Ambos foram desde então atribuídos por distintos governos argentinos a um inalcançável “terrorismo internacional” (regimes iraniano e/ou sírio, Hezbollah); as conexões locais continuaram a salvo, apesar dos protestos de familiares de vítimas e da mídia. Ainda que os ataques tivessem mais relação com a ação de máfias criminosas e disputas entre complexas redes de interesses internacionais do que com a persistência do antissemitismo na Argentina, as duas coisas convivem. E desde então as instituições judaicas se protegeram com fortes medidas de vigilância.

Corta para 2009. No mesmo centro de Buenos Aires, numa bela tarde de domingo (17 de maio), homens armados de pedaços de pau e correntes de ferro atacaram os participantes de um ato de homenagem ao 61º aniversário do Estado de Israel, aos gritos de “morram os judeus” e “vão para Israel”. O vice-chanceler, Victorio Tacetti, expressou ao embaixador Daniel Gazit e à comunidade judaica a “solidariedade” do

governo. Diante de protestos da comunidade judaica e da mídia, as autoridades desmentiram que não houvesse policiais no ato; garantiram que estavam lá, mas à paisana, tanto que teriam perseguido e detido alguns dos atacantes.

Será que isso lembra alguma coisa? A explosão na embaixada ocorreu em 17 de março de 1992, num horário em que toda a segurança se ausentara do local. Mas o então ministro do Interior, José Luis Manzano, apressou-se a informar que ela tinha sido provocada por um arsenal guardado dentro da própria representação diplomática, acrescentando que havia indícios de que os israelenses tinham um plano para colonizar o sul do país. Ele não estava

Os judeus argentinos não se livraram da marca do “estrangeiro”.

sendo original: em 1971, um professor de Direito local denunciara o “Plan Andinia”, suposta conspiração judaica mundial para apoderar-se da...Patagônia!

Os momentos históricos são diferentes, claro, mas de uma forma ou de outra, e em que pese sua integração ao tecido sócio-econômico e cultural do país, os judeus argentinos não se livraram da marca do “estrangeiro”. Antes estigmatizados pelas oligarquias ultranacionalistas, agora o são por grupos minúsculos que se dizem de “esquerda” (ainda que não apresentem pontos programáticos que pareçam de esquerda) e vociferam teorias da conspiração em que avulta a supremacia judaica ou “sionista”. Os atacantes de maio eram militantes de uma das facções do grupo Quebracho, e também havia gente que se dizia da FAR, sigla que foi da guerrilha dos anos 1970.

Depois de 1930, o antissemitismo foi influenciado pelo nazismo e o fascismo europeus. Surgiram grupos como a Liga Patriótica e a Alianza Libertadora Nacionalista, e dezenas de publicações conclama-

vam à “resistência” contra os judeus, ora apontados como sugadores das riquezas nacionais, ora como fomentadores do comunismo. O governo militar que assumiu o poder em 1943 restabeleceu a educação religiosa nas escolas públicas, pondo fim ao laicismo estabelecido em 1884. Em 1948, quando Evita acusou os antissemitas de serem “representantes nefastos da oligarquia”, Perón já abria as portas, ao final da Segunda Guerra, a centenas de criminosos de guerra nazistas.

A partir da década de 1960, grupos como Tacuara e Guardia Restauradora Nacionalista atuaram livremente tanto nos períodos de democracia quanto na ditadura. Houve dezenas de ataques contra judeus nas décadas seguintes. Uma jovem judia foi morta sob a “acusação” de ter ajudado o Mossad no sequestro de Adolf Eichman. Em agosto de 1960, membros da Tacuara atiraram num adolescente judeu. Um editorial do semanário *Mundo Israelita* se queixou: “A polícia nunca os encontra, nunca os pune. Sabe quem são, quem os comanda, onde estão. Eles não escondem suas intenções, mas ninguém os incomoda (...).”

Quando Raul Alterman, 32 anos, militante comunista, foi morto a tiros em 1964, seus pais receberam uma carta, assinada pela Tacuara, que dizia: “Ninguém mata por acaso. Mataram seu filho porque era um judeu sujo.” Mas nenhum anúncio fúnebre mostrou a estrela de Davi: só em 1986 foi cancelada a disposição oficial que impedia que ela aparecesse nesses anúncios dos jornais argentinos.

E tão recentemente quanto 1998, um Congresso Neonazista se realizou no Colégio Lasalle. Naquele momento, a comunidade, que se fora reduzindo desde os anos 1970, tinha cerca de 300 mil pessoas, 80% delas na capital e na Grande Buenos Aires. Era também uma fase de crise profunda das instituições judaicas centrais, cujos principais dirigentes, vinculados aos setores financeiros e aliados ao governo Menem, foram protagonistas de uma série de escândalos, falências, desfalques,

corrupção. É importante lembrar esse contexto, já que não há fatos surgidos por geração espontânea. O jornalista Diego Melamed relata, em seu livro *Los judíos y el menemismo. Un reflejo de la sociedad argentina* (Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1999), o seguinte diálogo com um entrevistado:

“Você entende por que roubei o dinheiro dos mortos da AMIA? Tenho um sangue-frio que me assombra...”

O jovem dirigente [comunitário] terminava de negociar arduamente uma questão judiciária grave. Ao desligar o telefone, ele me olhou fixamente e lançou esta frase que nunca esquecerei. Nesse momento, confirmei que alguém tinha que contar esta história.”

Ele se referia aos milhões de dólares de indenizações que sumiram em meio às operações dos chamados “bancos comunitários” (Patricios, Mayo, Banco Israelita de Córdoba, Banco Israelita de Rosario), cuja quebra, em 1998 e 1999, levou o presidente da DAIA a processar por antisemitismo o presidente do Banco Central, Pedro Pou. O possível antisemitismo de Pou, contudo, não era a maior preocupação dos judeus comuns: àquela altura, 30% deles, antes de classe média, tinham perdido renda e se tornado neopobres (conforme estudo sociodemográfico patrocinado pelo American Jewish Joint Distribution Committee, publicado em 2005 e citado por Ricardo Feierstein em *Historia de los judíos argentinos*, Editora Galerna, 2006).

Num panorama com tantas variáveis, encerro com o filósofo argentino Darío Sztajnszrajber, professor do Seminário Rabínico de Buenos Aires, para quem fatos como o de maio não significam que a comunidade esteja em risco, mas apontam para uma crise tanto do discurso da esquerda (“uma denominação hoje esvaziada de ideologia, já que alberga posturas que vão do fascismo ao trotsquismo, ou desde a defesa das minorias até o apoio a regimes teocráticos”) como das instituições judaicas centrais, “que buscam colocar toda a esquerda sob o mesmo teto e acusá-la de judeufóbica”. ■

Heliete Vaitsman, jornalista, é colaboradora deste Boletim.

CARTAS PARA ASA:

Rua São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22260-001; telefax (21) 2539-7740 ou e-mail asa@asa.org.br c.c para smgruman@terra.com.br
Devem conter nome e endereço completos, telefone e assinatura. Havendo restrição de espaço, poderão ser encurtadas sem autorização dos remetentes.

.COM

Eu conheço uma história...

Fany Sechter Ruah / Especial para ASA

Lendas e mitos também fazem parte do imaginário e das histórias judaicas. Os contos judaicos serviam e servem não apenas para entretenimento, mas também para lições de vida e ensinamentos filosóficos.

A escritora Eve Tal, na página <http://www.eve-tal.com/JewishFolktales.html>, explica o que caracteriza uma lenda ou conto judaico.

Para um estudo mais completo sobre o assunto há o livro **JEWISH FOLK LITERATURE**, disponível na internet, <http://www.scribd.com/doc/504469/Jewish-Folk-Literature>, que você pode achar no site **Scribd** de livros online, basta inscrever-se para baixar o arquivo PDF ou texto simples. No link Download escolha PDF, Abrir, e salve no seu computador para ler quando quiser. O livro fala sobre a literatura folclórica na *Bíblia*, passando por vários períodos, inclusive o Holocausto (para comprar: <http://www.jewishpub.org/product.php?id=69>). Se qui-

ser uma leitura ainda mais completa, visite o site da Jewish Virtual Library em http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/judaica/ejud_0002_0007_0_06599.html.

Na Wikipédia, há o interessante artigo **JEWISH MYTHOLOGY**, http://en.wikipedia.org/wiki/Jewish_mythology, ainda sem tradução para português (você pode traduzir e colocar neste site interativo).

Para ler algumas histórias, visite o site **Jewish Fairy Tales and Legends**, um livro em inglês publicado em 1919 e por isso já de domínio público. Está todo em <http://www.sacred-texts.com/jud/jftl/index.htm>. Pode ler desde o prefácio no link Start Reading ou escolher os contos clicando em cada link com o respectivo nome.

Em **Jewish Tales of Reincarnation** <http://www.pinenet.com/~rooster/stories.html#rich-poor> – livro em inglês, há quatro histórias tradicionais e alguns links

para explicações. Clique em Read Sample Stories, nesta página, mais abaixo. No final de cada história, como era de se esperar, eles perguntam: “So nu -- want to read the rest of the book?”. Se a resposta é sim, basta comprar o livro clicando no pequeno banner da Amazon.

Algumas dicas de bons livros estão nos sites: <http://www.walterswebs.com/am167.htm>, <http://www.folklore.org.il/books.htm> -Israel Folklore Archives, http://www.jewishlibraries.org/ajlweb/resources/bib_bank/OaklandU-Folktales.pdf. Para crianças: <http://lchaimbooks.tripod.com/jewish-children-folktales3.htm>. E em português há o livro DICIONÁRIO JUDAICO DE LENDAS E TRADIÇÕES, de Alan Unterman. ■

Fany Sechter Ruah é arquiteta, radialista, profissional de Marketing, webmaster do portal judaico FanyZINE – www.fanyzine.com e colaboradora de ASA.

NOTAS

Visita

Nerina Visacovsky, pesquisadora da Escuela de Política y Gobierno da Universidad de San Martín, Argentina, visitou nossa sede no dia 12 de junho, quando conversou com o diretor **Jacques Gruman** (foto). Nerina está terminando tese de doutorado sobre o colégio I. L. Peretz, que funcionou no bairro operário de Villa Lynch, em Buenos Aires.

Foto: Elifson do Nascimento Rainho



Coral

O **Coral da ASA** está com a corda toda. Em maio, participou do **16º Tijuca-canto**, promovido pelo Tijuca Tênis Club. Em junho, além de encerrar o seminário que organizamos sobre a ditadura militar brasileira, cantou no **15º Encontro de Corais Hebraica – Rio** e no **IV Encontro Coral da Fundação Bradesco**. Em julho, estão programados o **14º Encontro Coral da ASA** e a gravação do programa **Som Vocal**, na **Rádio MEC**.

Seminário

Durante o mês de junho, realizamos um seminário sobre a ditadura militar brasileira (1964/1985). No dia 4, os professores, **Fernando Vieira** e **Oswaldo Munteal** debateram o governo João Goulart, a articulação do golpe militar e o projeto econômico da ditadura. No dia 18, os professores **Rubim Aquino** e **Esther Kuperman** compuseram a mesa que abordou a repressão e as formas de resistência durante a ditadura. Finalizando, no dia 25, o advogado **Modesto da Silveira** e a professora **Regina Bruno** falaram sobre a crise da ditadura e o período de abertura e redemocratização. O **Coral da ASA** fez uma apresentação, cantando músicas da época. Muitos estudantes se inscreveram, fazendo com que o objetivo de dialogar sobre estes temas com a nova geração fosse plenamente alcançado.



Esther Kuperman e Rubim Aquino

Fotos: Jacques Gruman



Modesto da Silveira e Regina Bruno



Foto: Mauro Band

Fernando Vieira, o vice-presidente Horácio Schechter e Oswaldo Munteal

Dança israeli

As aulas de **dança israeli da ASA** completaram nove anos no dia 23 de junho. O grupo, dirigido pelo **coreógrafo Rafael Barreto de Castro**, comemorou a data como convém: em torno de uma mesa com bolo, doces, salgados e bebidas.



Lein Craiz

Os **Círculos de Leitura** continuam a se reunir quinzenalmente. Os encontros, abertos a todos os interessados, são divulgados através da nossa listagem de e-mails. Se você ainda não recebe esses avisos, basta escrever para asa@asa.org.br e pedir a inclusão de seu endereço eletrônico.

Foto: Mauro Band



Guerra

Continuando a série de eventos que lembram o 70º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial, exibimos dois filmes. No dia 17 de maio, **Vá e veja**, dirigido por Elem Klimov. O diretor da **ASA David Somberg** fez a apresentação, passando informações interessantes acerca deste que é considerado um dos filmes sobre a guerra de maior impacto. No dia 21 de junho, o documentário **Sob a névoa da guerra**, dirigido por Errol Morris e ganhador do Oscar de melhor documentário de 2003.

ORIENTAÇÃO PARA A ECT

Endereço para devolução deste impresso: R. São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22260-001